

Progresso na negociação de Nova York

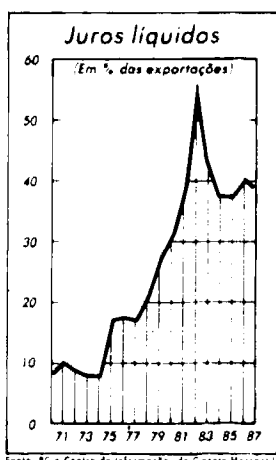
GAZETA MERCANTIL

28 OUT 1987

por Paulo Sotero
de Nova York

O governo brasileiro e o comitê de bancos credores trabalham com a hipótese de chegar, ainda nesta semana, a um entendimento sobre a moldura dentro da qual as duas partes tentarão, até o fim do ano, concluir um acordo de reescalonamento da dívida externa. A base desse entendimento é uma proposta que o negociador brasileiro, Fernão Bracher, apresentou na última segunda-feira aos bancos. A proposta, que o governo brasileiro negociou previamente com Washington e tem o endosso do Departamento do Tesouro e do Federal Reserve Board, prevê um depósito de cerca de US\$ 4,5 bilhões pelo Brasil e pelos bancos, numa proporção de um terço e dois terços, respectivamente, numa conta especial a ser aberta no Bank of International Settlements (BIS), sediado em Basileia, ou no Federal Reserve Bank of New York.

A contrapartida brasileira é um compromisso, as-



sumido em termos vagos, de buscar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) depois que os bancos concordarem com o reescalonamento da dívida.

O objetivo imediato desse acerto prévio é evitar a reclassificação, pelas autoridades bancárias dos EUA, dos empréstimos que os bancos norteamericanos fizeram ao Brasil, que tanto o governo do presidente José Sarney quanto os credores consideram importante e de seu próprio interesse.

"Agora podemos dizer que existe um processo de negociação em curso", afirmou uma alta fonte oficial brasileira. "A proposta apresentada pelo Brasil foi aceita pelos bancos como uma base, uma negociação.

Há ainda muitas coisas no ar, há algumas questões difíceis, mas os representantes brasileiros e o comitê trabalharam até 21h30 ontem, devem continuar reunidos até tarde hoje e tudo indica que há um empenho dos dois lados para chegar a um entendimento sobre a estrutura da negociação nos próximos

dias", afirmou uma fonte do comitê.

O primeiro prazo contido na proposta que Bracher levou aos bancos vence no próximo dia 15 de novembro. Até lá, o Brasil e os bancos farão o primeiro depósito, de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão, na conta especial, com o Brasil colocando um terço e os bancos os outros dois terços. Fontes financeiras disseram ontem a este jornal que o número de bancos depositantes na conta especial deverá oscilar entre 50 e 75.

Os restantes US\$ 3 bilhões deverão estar na conta especial até o dia 15 de dezembro. Pela proposta, a conta especial será mantida até o dia 31 de dezembro, sendo esse, portanto, o prazo para que o Brasil e seus credores privados cheguem a um acordo de reescalonamento da dívida.

Se não houver acordo, o Brasil e os bancos depositantes receberão o dinheiro de volta. Na hipótese inversa, o Brasil anunciará a suspensão da moratória através de um processo gradual de normalização do pagamento dos juros, através de saques na conta

(Continua na página 15)

Fernando Milliet, presidente do Banco Central, reuniu-se ontem em Brasília com os senadores da Comissão da Dívida Externa para explicar-lhes pormenores do acordo prestes a ser consolidado em Nova York. Segundo apurou a editora Maria Clara R.M. do Prado, Milliet disse que, num segundo momento, o Brasil poderia recorrer ao FMI, se disso depender a entrada de dinheiro novo. E lembrou o fundo para os endividados criado pelo Japão.

(Ver página 15)

Progresso na negociação de Nova York

por Paulo Sotero
de Nova York

(Continuação da 1ª página)

especial condicionados aos progressos na venda do acordo à comunidade financeira internacional. O primeiro saque ocorreria no momento em que o acordo fosse anunciado.

O cronograma e o montante dos saques ou saques seguintes são uma das questões que estão em discussão neste momento. Eles dependeriam, de qualquer forma, da velocidade com que os bancos aderirão ao reescalonamento negociado com o comitê. Na proposta que apresentou aos banqueiros, no último dia 25 de setembro, o governo pediu o reescalonamento de 100% dos juros devidos de 1987 e mais de 50% dos juros devidos em 1988 e 1989. O governo reivindicou, também, a rolagem do principal de 1986, 1987, 1988 e 1989 e a adoção de um "spread" (taxa de risco) baixo ao estoque total da dívida, de cerca de US\$ 70 bilhões do País com os bancos.

Segundo a proposta levada na segunda-feira aos credores, até o dia 28 de abril o Brasil deseja ter a "massa crítica" do acordo de refinanciamento de juros e principal, o que significa que, até essa data, 95% dos cerca de oitocentos credores privados do País terão de estar comprometidos formalmente a assiná-lo.

O acordo de reescalonamento, segundo a proposta, seria assinado até o dia 31 de março do ano que vem.

Concomitantemente, o Brasil voltaria a estar em dia em suas obrigações com os bancos.

Apesar de a nova proposta brasileira ter sido aceita em princípio pelos bancos, como base para discussão, o que produziu movimento nas negociações, alguns banqueiros continuam céticos. "A proposta cria uma estrutura para uma negociação séria. Mas nada, na proposta, ou na realidade deste momento, indica que haverá progresso rápido nas negociações. Elas certamente serão difíceis e poderão arrastar-se por mais tempo do que os dois lados provavelmente gostariam", disse um banqueiro. "Nós estamos diante de uma fórmula de pré-negociação nova e ainda não testada."

As atuais turbulências no mercado de capitais, que colocam um grande ponto de interrogação no rumo da economia internacional — e, por consequência, nos pressupostos externos e internos que condicionam um acordo entre o Brasil e os bancos —, não parecem estar nas preocupações imediatas do governo. Segundo uma alta fonte oficial brasileira, a idéia, defendida por alguns setores do PMDB, de adiar um acordo com os bancos até que os rumos da economia mundial fiquem mais claros, não está sendo cogitada "porque o governo acha importante neste momento dar uma demonstração de boa vontade (a Washington) e mostrar que é um jogador leal".